



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Liberdades e Garantias
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Ofº 757

02.04.2008

pº 49-174/08

Reg.1116

ASSUNTO: Solicitação de Parecer sobre a Proposta de Lei nº 164/X (ALRAM) Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através de voto antecipado e do voto por meio electrónico.

Exmo. Senhor Presidente,

Incumbe-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de enviar a V. Ex.^a cópia da informação de 11-03-2008 da Direcção Geral de Administração Interna, sobre o assunto acima mencionado, na qual exarou o seguinte despacho:

“Remeta-se à 1ª Comissão, sublinhando a conclusão de que a inclusão descontextualizada de normas sobre voto electrónico, sem prévia definição legal do modelo global e das opções tecnológicas, não assegura adequadamente a inovação pretendida podendo melhor ser incluída numa reforma mais abrangente dos modos de voto.

28/03/08

Ass) José Magalhães”

Com os melhores cumprimentos, *e com os melhores cumprimentos.*

O CHEFE DO GABINETE,

João Labescat
(João Labescat)

Anexo: 1
JL/LR

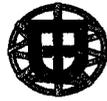
Ministério da Administração Interna
Praça do Comércio
1123-802 Lisboa

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Voto	255562
Entrada/Saida n.º	395
Data:	03/04/08

Telef: 21 323 20 40/41

Fax: 21 347 96 01

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto
Entrada n.º 1116 Ref.º 49
Data 26/3/08 Proc.º 174/08



25-03-2008

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Administração Eleitoral

URGENTE

Concordo.

A PPL apresenta, com efeito, algumas lacunas essenciais à sua exequibilidade e correção técnica, que em sede de alteração geral da legislação eleitoral terão de ser consideradas.

A opção por sistema de voto electrónico exige estudo aprofundado que está por fazer e que, além disso, exige deliberações políticas ainda naturalmente não tomadas, face à óbvia interferência

Visto.

A consideração do SE o Secretário de Estado Adjunto e do Administrador Interno

Tudo Fada

25/3/2008

RITA FADEN
DIRECTORA-GERAL
DIRECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Remeta-se à 1ª Comissão, sublinhando a conclusão de que a inclusão descontextualizada de normas sobre voto electrónico, sem prévia definição legal do modelo global e das opções tecnológicas, não assegura adequadamente a inovação pretendida podendo melhor ser induzida em outra reforma mais

INFORMAÇÃO N.º

7-DEE/08

DATA: 11/03/08 PROC.

abrangente dos modos de voto.

28/03/08

JOSÉ MACHADO
Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

ASSUNTO: Solicitação de Parecer sobre a Proposta de Lei N.º 164/X (ALRAM) – Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através de voto antecipado e do voto por meio electrónico.

Através do ofício n.º 230/1.ª – CACDLG/2008, de 28.02.2008, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, solicitou a este serviço a emissão de parecer sobre a Proposta de Lei acima identificada.

Após análise do teor da Proposta de Lei já identificada, cumpre informar.

O art.º 2.º da Proposta, ora em análise, altera a redacção do n.º 2 do art.º 84.º da LEALRAM no sentido do alargamento do voto antecipado a todos os cidadãos eleitores deslocados, no dia da eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no Continente ou na Região Autónoma dos Açores, não previstos no art. 84.º n.º1.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Administração Eleitoral

Desde logo, a primeira conclusão a retirar desta proposta reside no facto de estarmos perante um alargamento do direito de voto antecipado não balizado, como até agora, em toda a legislação eleitoral e referendária, por categorias profissionais e outras situações excepcionais, como tal reconhecidas pelo legislador.

A ser consagrado tal regime inovador, poderá eventualmente enquadrar-se nas GOP para 2008, nesta matéria.

Os artigos 3.º e 4.º da mesma proposta vêm a enunciar duas modalidades de exercício de direito de voto dos eleitores deslocados acima referidos, a saber:

- Voto antecipado tradicional com algumas alterações;
- Voto electrónico.

Relativamente a estas duas modalidades chama-se a atenção para o facto de a previsão do actual n.º 4 do art.º 87.º (“... A nomeação de delegados das listas deve ser transmitida ao presidente da câmara até ao 14.º dia anterior ao da eleição...”), não ter sido contemplada, o que não só não está em coerência com os demais modos de exercício de direito de voto antecipado, como afasta uma das garantias basilares das operações de votação.

No que concerne ao modo de exercício do voto antecipado tradicional, o articulado suscita-nos algumas dúvidas, nomeadamente quanto à forma como o eleitor manifesta essa sua vontade (Presencial ou comunicação por qualquer meio?).

Por outro lado, e indo ao encontro do teor do 5.º parágrafo do preâmbulo, sugerimos que o envelope de cor azul deve conter, para além da identificação o mais completa possível do eleitor (nome completo e n.º de eleitor), indicação da freguesia, concelho e distrito do destino.

No que respeita ao voto electrónico afigura-se-nos que a adopção desta modalidade de exercício de voto deve ser equacionada numa alteração geral de toda a legislação eleitoral e referendária, de forma a assegurar a igualdade de tratamento de todos os actos eleitorais.

Não obstante alguns comentários se nos oferecem:

Na proposta não é referido qual o sistema electrónico de votação escolhido de entre os existentes, sendo que alguns deles (vg. contadores ópticos, urnas electrónicas ou soluções integradas) implicam a sua disponibilização, por autoridades igualmente não referidas, no território do continente e na RA dos Açores.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Administração Eleitoral

Acresce que a indicação clara acerca do sistema electrónico escolhido não é despicienda, porquanto, naturalmente, diferentes implicações de ordem jurídico-constitucional têm que ser levadas em linha de conta nas diversas opções.

Por outro lado, a proposta não fornece elementos que permitam descortinar como se desenrolam as operações eleitorais nomeadamente no que diz respeito à constituição da mesa; à identificação do eleitor; à presença de delegados de listas; ao apuramento nestas mesas e quais os circuitos de comunicação dos dados, quer para efeitos do escrutínio provisório quer para o do apuramento geral, etc.

De igual modo, a proposta não refere qual a entidade (DGAI e/ou Comissões Recenseadoras) a quem competirá facultar, e em que moldes, a base de dados dos eleitores para a votação electrónica, nem demonstra como se procede e assegura a autenticação do voto, o segredo de voto e, enfim, todas as questões de segurança que envolvem a utilização desta modalidade de votação.

Não se compreende, também, qual a "...documentação necessária..." (*Boletim de Voto do Círculo?*) a enviar ao presidente da Câmara do Município onde o eleitor se encontra deslocado. Parece-nos que este procedimento, imprescindível no modo de exercício do voto antecipado, tal como já consagrado nas leis eleitorais, nesta modalidade de votação é inútil.

Por seu turno, o n.º 3 do artigo ora em análise, prevê a existência de uma assembleia de voto (no mínimo uma por distrito ou ilha) destacada para o efeito. Dependendo da opção por uma das modalidades de votação electrónica, importaria, ainda, saber se a designação e composição destas assembleias seguirá os mesmos termos e procedimentos legalmente aplicáveis às demais.

À Consideração Superior

A Directora de Serviços

(Maria da Graça Miragaia Archer)

A Chefe de Núcleo

(Isabel Miranda Gaspar)

2008/02/2



0009027

10/55/400

J. C. S.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

0585 000 FEB-29 2008

A ODE para emissão de parecer
que solicita pela CACDLG-MR
O DIRECTOR

Jorge Miguéis

JORGE MIGUÉIS

20080203

Ofício n.º 230/1ª – CACDLG/2008

Exmo. Senhor
Dr. Jorge Miguéis
Director da área de Administração Eleitoral
(ex-STAPE) da
Direcção-Geral da Administração Interna
Av. D. Carlos I, N.º 134
1249-104 LISBOA

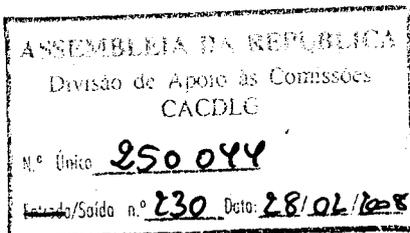
Data: 28-02-2008

ASSUNTO: Solicitação de Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 164/X (ALRAM) *Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através de voto antecipado e do voto por meio electrónico*

Solicito a V. Ex.ª que, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 5, alínea n), do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, se digne promover a emissão de parecer sobre a **Proposta de Lei n.º 164/X (ALRAM) Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através de voto antecipado e do voto por meio electrónico**, cuja cópia se junta, que se encontra pendente nesta Assembleia da República, onde aguarda discussão e votação na generalidade.

Com os melhores cumprimentos,

J. C. S.



O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Osvaldo de Castro

(Osvaldo de Castro)

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Assembleia da República – Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Tel: 21 391 95 30/99

Fax: 21 391 74 78

Proposta de Lei n.º 164/X

1.º

Iniciativa: A. L. R. A. DA MADEIRA

Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES FISCENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA ÁREA DE RECEUSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CACDLG	
N.º Único	235.599
Entrada/Série n.º	92
Data:	22/11/2017

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DA PLEN.

X LEGISLATURA (1.ª 2015-2019)
35 Sessão Legislativa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Exmo. Senhor,
Chefe de Gabinete de S.Exa. o Presidente
da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Para efeitos do nº 2 do Artº 229º da Constituição da República Portuguesa e do artº 152º do Regimento da Assembleia da República, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de enviar cópia das às seguintes iniciativas:

- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 164/X - "EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES RECENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA ÁREA DE RECENSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 165/X - "ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE INSULARIDADE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA A EXERCEREM FUNÇÕES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 166/X - "PROPÕE A ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 465/77, DE 11 DE NOVEMBRO, TORNANDO EXTENSIVO AOS ELEMENTOS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, POLÍCIA JUDICIÁRIA, POLÍCIA MARÍTIMA, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA, SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS E PESSOAL DO CORPO DA GUARDA PRISIONAL COLOCADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º E NO § 1º DO DECRETO-LEI Nº 38 477, DE 29 DE OUTUBRO DE 1951".

Com os melhores cumprimentos, *fevris*

O CHEFE DE GABINETE

Eduardo Ambar
(Eduardo Ambar)

Palácio de S. Bento, 14 de Novembro de 2007

1233/GPAF/07-pc



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Exmo. Senhor,
Chefe de Gabinete de
S.Exa o Presidente do Governo Regional
da Região Autónoma da Madeira

Para efeitos do nº 2 do Artº 229º da Constituição da República Portuguesa e do artº 152º do Regimento da Assembleia da República, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de enviar cópia das às seguintes iniciativas:

- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 164/X - "EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES RECENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA ÁREA DE RECENSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 165/X - "ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE INSULARIDADE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA A EXERCEREM FUNÇÕES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 166/X - "PROPÕE A ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 465/77, DE 11 DE NOVEMBRO, TORNANDO EXTENSIVO AOS ELEMENTOS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, POLÍCIA JUDICIÁRIA, POLÍCIA MARÍTIMA, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA, SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS E PESSOAL DO CORPO DA GUARDA PRISIONAL COLOCADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º E NO § 1º DO DECRETO-LEI Nº 38 477, DE 29 DE OUTUBRO DE 1951".

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE

(Eduardo Ambar)

Palácio de S. Bento, 14 de Novembro de 2007

1234/GPAR/07-pr



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete de President

Exmo. Senhor,
Chefe de Gabinete de
S.Exa o Presidente do Governo Regional
da Região Autónoma dos Açores

Para efeitos do nº 2 do Artº 229º da Constituição da República Portuguesa e do artº 152º do Regimento da Assembleia da República, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de enviar cópia das às seguintes iniciativas:

- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 164/X - "EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES RECENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA ÁREA DE RECENSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 165/X - "ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE INSULARIDADE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA A EXERCEREM FUNÇÕES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA".
- RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA Nº ___/2007/M
PROPOSTA DE LEI 166/X - "PROPÕE A ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 465/77, DE 11 DE NOVEMBRO, TORNANDO EXTENSIVO AOS ELEMENTOS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, POLÍCIA JUDICIÁRIA, POLÍCIA MARÍTIMA, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA, SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS E PESSOAL DO CORPO DA GUARDA PRISIONAL COLOCADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º E NO § 1º DO DECRETO-LEI Nº 38 477, DE 29 DE OUTUBRO DE 1951".

Com os melhores cumprimentos, *personais*

O CHEFE DE GABINETE

(Eduardo Ambar)

Palácio de S. Bento, 14 de Novembro de 2007

1235/GPAF/07-pc



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

INFORMAÇÃO N.º 448/DAPLEN/2007-NT

Assunto: Proposta de Lei n.º 164/X (ALRAM)

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira tomou a iniciativa de apresentar à Assembleia da República uma Proposta de Lei sobre:

“Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através do voto antecipado e do voto por meio electrónico”

Esta apresentação é efectuada nos termos do n.º 1 do artigo 167.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 227.º, da Constituição, bem como do artigo 118.º do Regimento, e cumpre os requisitos formais de admissibilidade.

Tendo em conta a matéria em causa e o âmbito de aplicação da presente iniciativa, caberá ao Presidente da Assembleia da República, se assim o entender, promover a sua apreciação pelos órgãos de governo regional, de acordo com o disposto no artigo 142.º do Regimento

D.A.Plen., 2007-11-13

O TÉCNICO JURISTA,

(António Santos)

ANUNCIADO

14. 11. 22

O Diário da Assembleia Legislativa da Madeira



ADMITIDO. NUMERE-SE
E PUBLIQUE-SE.
Baixa à _____ª Comissão

13/11/02

O PRESIDENTE,

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa

Presidência

Ouro 9 de Novembro e regar,

RMA -

12

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

Nº ___/2007/M

PROPOSTA DE LEI Nº 164/X

**EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES
RECENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA
ÁREA DE RECENSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO
ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO**

Passados mais de 30 anos de Democracia, ainda subsistem limitações ao exercício do direito de voto pelos cidadãos eleitores recenseados nas Regiões Autónomas que, por variados motivos de carácter temporário, estão impedidos de votar na medida em que, no dia do acto eleitoral, estão deslocados no território do Continente ou noutra Região Autónoma. O enorme prejuízo decorrente para a participação política dos cidadãos, que se traduz nestes casos numa abstenção involuntária, com a conseqüente desmotivação e desinteresse pelas questões políticas, exige a criação de meios que permitam o exercício do direito de voto a todos os eleitores, em condições de igualdade, independentemente do lugar onde se encontram no dia do acto eleitoral. Com efeito, a participação política dos cidadãos constitui um princípio basilar na Democracia, representando o exercício do direito de voto, a manifestação da livre vontade dos cidadãos na escolha dos seus representantes, que não pode ser posto em causa apenas por um obstáculo de natureza geográfica.

A consagração constitucional da participação política, como condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, assumiu ainda mais força com a Revisão Constitucional de 1997 que, na nova redacção ao artigo 109º, estabeleceu a obrigação constitucional de promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos.

A consagração do voto antecipado na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, através da Lei Orgânica nº 2/2001, de 25 de Agosto, veio permitir a participação democrática, prevista noutros actos eleitorais mas até então impossibilitada, a grupos profissionais específicos, militares, agentes de forças e serviços de segurança interna, trabalhadores marítimos e aeronáuticos, e ainda eleitores em regime de internamento em estabelecimento hospitalar e impossibilitados de se deslocar, bem como presos não privados de direitos políticos. A referida lei veio também estabelecer o voto antecipado aos eleitores que representam oficialmente as selecções nacionais, organizadas por federações desportivas dotadas de utilidade pública desportiva, que se encontrem deslocados no estrangeiro em competições desportivas.

Na verdade, o direito de participação desportiva não pode pôr em causa o exercício de um direito cívico, e ao mesmo tempo, o direito de sufrágio não pode prejudicar o exercício de

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

 outros direitos. Posteriormente, a Lei Orgânica nº 3/2004 de 22 de Julho veio permitir o voto antecipado aos estudantes do ensino superior recenseados na Região e a estudar no Continente ou na Região Autónoma dos Açores, quebrando, assim, um impedimento na participação da vida democrática destes eleitores, que tal como muito outros, por motivos de natureza temporária, estão impedidos de exercer o seu direito de voto.

A votação antecipada consubstancia o reforço dos mecanismos de participação democrática, mas tem-se revelado uma solução insuficiente e ineficaz, tal como se constatou no último acto eleitoral, com anomalias no procedimento decorrente de situações de atraso no correio, que resultaram na entrega extemporânea às assembleias de voto dos sobrescritos contendo os votos dos estudantes.

Face aos resultados da aplicação da lei e por imperativos de natureza constitucional, é necessário criar uma solução alternativa através da implementação do voto electrónico, em plena utilização em muitos países e com resultados de sucesso nas experiências de voto electrónico presencial, com carácter não vinculativo, realizadas em Portugal nas eleições europeias em 2004 e nas eleições legislativas em 2005, onde também foi realizada pela primeira vez a experiência de voto electrónico não presencial, para os eleitores portugueses inscritos nos círculos internacionais da Europa e de fora da Europa.

Neste seguimento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira apresentou uma proposta de lei à Assembleia da República (Proposta de Lei nº 29/X), para a implementação do voto electrónico para os cidadãos eleitores recenseados na Região e deslocados no dia do acto eleitoral por motivos de saúde, estudo, formação, estágio e participação desportiva. No entanto, reconhecendo que o motivo não pode ser limitativo, deve ser unicamente considerada a situação do eleitor se encontrar deslocado, e assim, devem ser assegurados os meios para o exercício do direito de voto em condições de igualdade, ao universo dos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, que se encontrem deslocados no dia do acto eleitoral, quer através do voto antecipado, quer através do voto electrónico.

Com efeito, perante as dificuldades técnicas ainda existentes para a institucionalização do voto electrónico e até à sua plena implementação, é indispensável a votação antecipada, mas simplificando o seu procedimento, incluindo a dispensa de entrega de documento coraprovativo do motivo justificativo, sendo suficiente a declaração do próprio eleitor, que além de pretender exercer o seu direito, quer cumprir o seu dever cívico. Nesta medida, no voto antecipado ou no voto electrónico, não cabe ao Estado fiscalizar o motivo da deslocação, mas sim garantir a regularidade dos cadernos de recenseamento e a regularidade do processo de votação dos eleitores.

O voto electrónico permite ao cidadão eleitor exercer o seu direito de sufrágio de modo mais eficaz e cómodo, e nessa medida também é um contributo no combate à abstenção. Além disso confere maior celeridade às operações de votação e apuramento, assumindo um

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

elevado grau de importância no processo de inovação e simplificação dos processos eleitorais na Era do Governo Electrónico.

Nestes termos, o voto electrónico deve ser uma realidade para a generalidade dos eleitores, apresentando-se como um mecanismo indispensável no plano da mobilidade dos cidadãos, sobretudo no caso das Regiões Autónomas, atendendo à realidade geográfica e à necessidade de garantir a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos entre todos os eleitores.

Assim:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 227º da Constituição e da alínea b) do nº 1 do artigo 37º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei nº 13/91, de 5 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 130/99, de 21 de Agosto e nº 12/2000, de 21 de Junho, apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1º

A Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprovada pela Lei Orgânica nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, é alterada nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2º

O nº 2 do artigo 84º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira passa a ter a seguinte redacção:

“2 - Podem ainda votar antecipadamente os eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira que estão deslocados no dia do acto eleitoral, no Continente ou na Região Autónoma dos Açores.”

Artigo 3º

O artigo 87º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira passa a ter a seguinte redacção.

“Artigo 87º

Modo de exercício do direito de voto por eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira mas deslocados no dia do acto eleitoral

1 - Qualquer eleitor que se encontre na situação prevista no nº 2 do artigo 84º *em L. de* dirige-se ao presidente da câmara do município em cuja área se encontra recenseado,

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

até ao 20º dia anterior ao da eleição, identificando-se através de bilhete de identidade e indicando o seu número de inscrição no recenseamento e manifesta a sua vontade de exercer antecipadamente o direito de voto.

2 - O presidente da câmara do município em que o eleitor se encontra recenseado, até ao 16º dia anterior ao da eleição, através de correio registado com aviso de recepção, procede do seguinte modo:

- a) Envia ao presidente do município onde o eleitor se encontra deslocado, a documentação necessária ao exercício do direito de voto, bem como a relação nominal dos eleitores que pretendem votar antecipadamente;
- b) Informa o eleitor da localização da assembleia de voto onde poderá exercer o seu direito de voto, por qualquer meio eficaz.

3 - A votação realiza-se no 10º dia anterior ao da eleição, entre as 8h00 e as 19h00, sob a responsabilidade do presidente da câmara do município ou vereador por ele designado, cumprindo-se o seguinte:

- a) O presidente da câmara municipal ou o vereador designado entrega ao eleitor, devidamente identificado, um boletim de voto e dois sobrescritos, um de cor branca, destinado a receber o boletim de voto e outro de cor azul destinado a receber o anterior;
- b) O eleitor preenche o boletim, em condições que garantam o segredo de voto, dobrando-o em quatro e introduzindo-o no sobrescrito de cor branca que fecha adequadamente;
- c) O sobrescrito de cor branca é introduzido num outro de cor azul, o qual é lacrado e assinado no verso de forma legível pelo presidente da câmara municipal e pelo eleitor

4 - No 9º dia anterior ao dia da eleição, o presidente da câmara municipal envia os sobrescritos de cor azul à junta de freguesia onde o eleitor está recenseado, pelo seguro do correio em serviço expresso.

5 - A junta de freguesia entrega por mão própria os votos ao presidente da mesa da assembleia de voto até às 8 horas da manhã do dia marcado para as eleições.

6 - Aplica-se o disposto nos nºs 7 e 8 do artigo 85º."

Artigo 4º

É aditado um novo artigo 87º-A com a seguinte redacção:

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

“Artigo 87º-A
Voto electrónico

1 - Qualquer eleitor recenseado na Região Autónoma da Madeira que se encontre deslocado no dia do acto eleitoral, no território do Continente ou na Região Autónoma dos Açores, dirige-se ao presidente da câmara do município em cuja área se encontra recenseado, até ao 15º dia anterior ao da eleição, manifestando a sua vontade de exercer o direito de voto por meio electrónico, identificando-se através de bilhete de identidade e indicando o seu número de inscrição no recenseamento.

2 - O presidente da câmara do município em que o eleitor se encontra recenseado, através de correio registado com aviso de recepção, até ao 10º dia anterior ao da eleição, procede do seguinte modo:

- a) Envia ao presidente do município onde o eleitor se encontra deslocado, a documentação necessária incluindo a relação nominal dos eleitores que pretendem votar por meio electrónico;
- b) Informa o eleitor quanto à localização da Assembleia de voto onde poderá exercer o seu direito de voto, por qualquer meio eficaz.

3 - A votação realiza-se no dia do acto eleitoral, entre as 8h00 às 19h00, perante a assembleia de voto destacada para o efeito, sendo assegurada no mínimo uma assembleia de voto no distrito ou ilha onde o eleitor se encontra deslocado.

4 - Aplica-se o disposto no nº 8 do artigo 85º

Artigo 5º

É aditado um novo artigo 164º-A com a seguinte redacção:

“Artigo 164º-A
Desvio de voto antecipado

Aquele que extraviar, retiver ou não entregar a documentação para o exercício do voto antecipado ou o sobrescrito contendo o boletim de voto, nos casos previstos na lei, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.”

Artigo 6º

1 - O processo inerente ao exercício do direito de voto por meio electrónico está isento de custos.

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

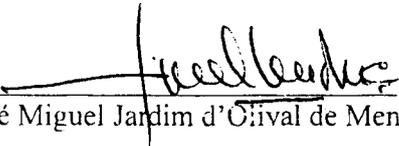
2 - O voto electrónico deve substituir o voto antecipado assim que estiverem criadas as condições técnicas para tal

Artigo 7º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa da Madeira, em 16 de Outubro de 2007.

C-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA.



José Miguel Jardim d'Olival de Mendonça



Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência
Nº 099 Pº 1.2/P
Data: 07/Nov./2007
S A Í D A

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 213429
Classificação
10.02/01/01
Data
07/11/09

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

A DAPLEN
07.11.09

Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Palácio de S. Bento
LISBOA

Funchal, 6 de Novembro de 2007

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira de, para os devidos efeitos, enviar a V. Exa. a proposta de lei à Assembleia da República intitulada **“EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PELOS ELEITORES RECENSEADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, DESLOCADOS DA SUA ÁREA DE RECENSEAMENTO NO DIA DO ACTO ELEITORAL ATRAVÉS DO VOTO ANTECIPADO E DO VOTO POR MEIO ELECTRÓNICO”** aprovada, mediante Resolução, em Sessão Plenária deste Parlamento de 16 de Outubro de 2007 p.p.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete,


Luís Filipe Pereira Malheiro

Anexo: Resolução